

Apontamentos sobre a União Europeia

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt

1. Quaisquer considerações sobre a União Europeia tecidas por um português, que mantenha alguma chama de patriotismo e dignidade passa, inevitavelmente, por analisar a situação de crise actual que se vive no espaço europeu, reflectir profundamente sobre a posição de Portugal nesse contexto, transformar o grito de “liberdade ou morte” em “progresso ou euro”.

Contudo, torna-se despiciendo retomar considerações que estão claramente expressas no livro de João Ferreira do Amaral, *Porque devemos sair do euro – O divórcio necessário para tirar Portugal da crise* (Amaral 2013), recentemente publicado e que, felizmente, tem usufruído de grande divulgação. Uma divulgação mediática mas tem que ultrapassar essa fronteira do manto diáfano do debate que “não se inscreve”, que “não age”, “que se desenrola sem que os conflitos rebentem”, sem que “o indivíduo [conquiste] autonomia e sentido para a sua existência” (Gil 2005),

As conclusões estão tiradas: “Portugal está hoje, por isso, numa encruzilhada: ou se sujeita a uma União que lhe coarcta as possibilidades de crescimento. ou tenta ganhar novas razões de esperança mudando as suas prioridades estratégicas” (114). Isto é, para “Portugal poder ganhar de novo esperança no futuro, a primeira ruptura a fazer é (...) a saída do euro” (121).

As conclusões estão tiradas e as demonstrações da conclusão são concludentes.

Não nos resta mais que focar um ou outro aspecto que exija algumas palavras mais.

2. O fim da segunda guerra mundial trouxe para arena política internacional a problemática do desenvolvimento. Embora centrada sobre as economias subdesenvolvidas¹ passou a ser um objectivo presente em toda a literatura social. A integração económica despontou e cresceu como um dos caminhos a seguir: “espera-se que a integração favoreça o nascimento da economia europeia” (Balassa 1972, 18) ainda fragilizada pela destruição da guerra e situada entre os EUA, que despontava como a principal potência capitalista, e a União Soviética, reforçada com o socialismo em diversos outros países europeus. Esperava-se que essa integração permitisse o aproveitamento de economias de escala e a diminuição da incerteza no comércio entre os países aderentes em 1957 à Comunidade Económica Europeia. Que gerasse o “bem-estar”.

Mas se os argumentos económicos constituíam a base teórica justificativa, as razões para a constituição da CEE eram essencialmente políticas: “O facto de se evitarem futuras guerras entre a França e a Alemanha, a criação de uma terceira força na política mundial e o restabelecimento da Europa Ocidental como uma potência mundial” (Balassa 1972, 19). Evitar

¹ Ver (Pimenta 2008).

futuras guerras aproveitando o enfraquecimento da Alemanha e a memória recente das barbáries do nazismo. A estes argumentos juntavam-se, para outros, o reforço da “cortina de ferro”, na terminologia de Churchill.

Em Portugal esta defesa da integração era pouco entusiástica, na situação e na oposição. Da leitura da documentação dos movimentos democráticos unitários e dos congressos republicanos realizados antes do 25 de Abril de Abril constatamos que a Comunidade Económica Europeia não fazia parte da agenda política. Contudo no primeiro programa do Partido Socialista (Partido Socialista 1973) dizia-se “o P.S. afirma que a ideia europeia supranacional deve ser consolidada, não só para se opor a uma resistência eficaz ao capitalismo internacional, dominado pelos Estados Unidos, mas também para que a Europa Socialista Unida assuma eficazmente o papel que deve ser o seu no equilíbrio mundial e possa contribuir assim para o fomento da paz” (50).

Com estas posições, com o 25 de Abril, com a vitória da linha parlamentar e o receio deixado em alguns sectores pelo período seguinte ao 11 de Março de 1975, com o peso da emigração portuguesa para a Europa e, ainda, com a adesão do Reino Unido em 1973 (país a que estivemos sempre associados desde o tratado de Methuen em 1703) o pedido de adesão à CEE em Março de 1977 é uma continuidade óbvia dessa sequência de acontecimentos. Depois de um período de transição, a adesão concretizou-se em 1986.

O que é de lastimar é que a defesa da adesão à CEE fosse acompanhada de grande demagogia, que passava por afirmar ser essa a via para os trabalhadores portugueses terem salários iguais aos dos outros países europeus.

E desde então os erros acumularam-se:

- A entrada maciça de fundos comunitários, os quais levaram a um aumento rápido da economia paralela, obedeciam a normas desajustadas das necessidades da economia portuguesa e foram canalizados em significativa percentagem para aproveitamentos pessoais.
- Embarcou-se passivamente na política agrícola comum, quando outras experiências, como a grega, mostravam inequivocamente que conduziria à destruição de uma grande parte da agricultura portuguesa e à capacidade de abastecimento do mercado interno.
- Ignorou-se que a reunificação alemã em 1990, o fim das economias socialistas na Europa, o alargamento a países que ampliavam o mercado de bens transacionáveis alemães, o tratado de Maastricht (completado com o Tratado de Lisboa) representava um duplo movimento: (1) a inversão de poderes na Comunidade Europeia e a hegemonia alemã; (2) a subordinação da Comunidade às dinâmicas do capital financeiro especulativo que dominou a economia mundial.
- Assistiu-se benevolmente à “interrupção” da democracia: referendos que não se fizeram, referendos que só eram válidos quando afirmativos, centralização do poder, decisões formalmente ilegais. Enfim, os povos eram deliberadamente afastados do projecto europeu.

- Cantaram-se hossanas científicas a demagogias afirmando que a convergência nominal entre países da Comunidade conduziria à convergência real, isto é, à convergência em capacidade produtiva e competitividade².

Toda esta sucessão de erros culminou na adesão imediata de Portugal ao euro, mais uma vez inventando absurdos, como a ideia de que as dívidas externas dentro do espaço europeu não tinham de ser pagas, e esquecendo uma questão tão importantes como a capacidade de financiamento junto do Banco Central. Como diz Ferreira do Amaral “não há provavelmente fenómeno mais difícil de explicar na nossa política económica das últimas quatro ou cinco décadas do que a decisão de aderir à moeda única” (93).

3. Será possível superar a crise actual, em Portugal e na Europa, no âmbito de uma moeda única construída por uma vontade política ignorante das regras mais elementares da Economia?

Responderia afirmativamente. Uma crise é a manifestação de um excesso de capital. Nesta crise, essencialmente de capital-dinheiro associado ao capital fictício. Podemos pois dizer, de uma forma muito abstracta, que a superação da crise passa pela destruição do capital excessivo.

Pela natureza da crise desencadeada em 2007, agravada nos anos seguintes, era fundamental a destruição do capital financeiro. Mas a política da União Europeia foi exactamente em sentido contrário: salvar em primeiro lugar os bancos, manter os paraísos fiscais e judiciários, manter estável a inflação, colocar o Banco Central a financiar os bancos privados para que estes tenham lucratividade bastante ao financiarem os Estados. Então só restam alguns caminhos alternativos no contexto do euro:

- Desencadear uma guerra que destrua os países europeus.
- Destruir capital variável por todas as vias possíveis: emigração para fora da Europa, redução dos salários para níveis próximos do limiar da miséria, eliminação da segurança social, matar idosos e outra população “improdutiva”, criar níveis de desemprego superiores a 20%, tudo isto de uma forma duradoira e “sustentada”.

Porque nenhum destes caminhos, bem procurados pelo actual governo com o apoio do Presidente da República, é compatível com a dignidade humana só fica uma alternativa: sair urgentemente do euro.

4. Uma nota quase final. As considerações anteriores referem-se à Europa legal, mas este continente é um espaço privilegiado de fraude, de corrupção, de crime económico organizado, de branqueamento de capitais, de economia paralela. A União Europeia integra esse espaço

² Esta questão releva um outro tema muito importante: o domínio do ensino universitário da Economia pelas teses neoliberais, conduzindo a uma dramática literacia sobre a dinâmica efectiva das relações de produção, coartando a racionalidade e a imaginação. Formaram-se, e formam-se, gerações de licenciados maciçamente incapazes de perceber a realidade. Actuais e futuras elites políticas de economistas têm dificuldade em verem sequer o mundo em que habitam. Do ponto de vista intelectual estes anos comprometeram dolorosamente o futuro.

criminal³. Cada vez é mais difícil destrinçar o que são actividades económicas estruturadas no livre funcionamento dos mercados, com regras de jogo assentes na ética e nas boas práticas comerciais, e as malhas das máfias. Poderíamos a este propósito relembrar a afirmação de Roosevelt, proferida em 1936 : “Agora sabemos que é tão perigoso ser governado pelo dinheiro organizado como pelas máfias organizadas”

Esquematzemos:

- O centro nevrálgico dos processos de fraude económico-financeira são os paraísos fiscais e judiciais. A identidade dos proprietários e das operações económicas é encoberta, a lavagem do dinheiro está protegida, as empresas fantasma para manipulações contabilísticas são criadas na hora, a atracção de defraudadores das finanças públicas é desenfreada, o crime informático pode ser praticado impunemente, circulam no mesmo espaço institucional o dinheiro da droga ou outras actividades ilegais, das empresas legalmente existentes e que pretendem fugir aos impostos, às vezes os próprios dinheiros dos Estados. A Europa é uma das regiões com mais densa malha de *offshores*, que se concentram nos “países bem comportados” e o Reino Unido é o campeão da sua “propriedade”.
- Às tradicionais máfias italianas se juntaram outras instaladas em alguns dos países socialistas (ex. Albânia, Roménia, Bulgária), noutros a “transição para o capitalismo” foi acompanhada pela instalação de uma apropriação indevida de bens e criação de instituições criminosas com estreitas ligações ao Estado (ex. Rússia). A sua actividade espalha-se por todos os negócios possíveis, legais ou ilegais, fundindo-se com o crime das elites, o “crime de colarinho branco”. Alguns dos Estados acolhidos pela UE são bastiões destas entidades criminais.
- A situação de crise que temos vivido, esta transferência da fraude bancária para a crise das dívidas dos Estados, tem sido o adubo para a apropriação da riqueza e dos negócios pelas entidades criminosas: penetram em empresas estratégicas via privatizações, influenciam os mercados de capitais e manipulam as taxas de juro, corrompem os Estados⁴ e as administrações públicas, emprestam hoje para tomar conta da propriedade amanhã, ampliam os seus negócios.

Tudo isto num contexto internacional que promoveu uma “deslocalização” do capital criminoso dos EUA para a União Europeia.

5. Ferreira do Amaral defende uma saída controlada do euro⁵, uma convergência do reconhecimento nacional de que o futuro do país, soberano, com uma população que

³ Não é apenas o fatalismo da União Europeia estar geograficamente na Europa. É o insuficiente combate a essas situações (ex. a luta contra a fraude nos fundos comunitários apegar-se mais a soluções formais que à substância), é a ausência de decisões (ex. protelamento sistemático da “taxa Tobin”), são muitas das políticas adoptadas (ex. adesão aos princípios de neoliberalismo, protecção prioritária ao capital-dinheiro – manutenção da inflação, sustentabilidade bancária —, extensão do euro a países exteriores à UE e de pouca seriedade), etc.

⁴ Recordem-se os muitos casos de fraude fiscal e corrupção que têm envolvido várias figuras cimeiras de países da UE, nomeadamente Presidentes da República, Primeiros-Ministros e Ministros.

⁵ A reforçar esta posição está a do irrealismo e gravidade das posições federalistas. Irreal porque defende uma correlação de forças europeia que é contrária à que actualmente existe, nomeadamente

acredite no futuro e o transforme em projecto colectivo, passa pela reposição do escudo e a percepção comunitária de que tal também lhe é vantajoso.

Tratando-se de uma posição inteligente, há que reconhecer que essa qualidade não é atributo dos muitos dirigentes políticos, que as diferenças entre as declarações e a realidade tendem a ser colmatadas por “suspensão da democracia”, que é fácil destruir e muito difícil e demorado construir, que a ideologia fascizante sob a capa do neoliberalismo, insere-se numa intensa luta de classes que sempre existiu, e que hoje assume novas formas.

Como explica Amaral “O ódio de classe – que Marx considerava ser a ira justa dos pobres contra os ricos – mantém-se, mas de pernas para o ar: é agora a raiva profunda dos ricos contra os pobres” (2012).

Ferreira do Amaral afirmou durante muito tempo que deveria haver um plano B para a saída do euro. Adaptou a afirmação dizendo que deve haver um plano C para um divórcio litigioso.

Razão e poder em conflito. Quando a arma da crítica é insuficiente há a crítica das armas.

Referências:

- Amaral, Diogo Freitas do. 2012. O que é o neoliberalismo? *Visão*, 4/Out/2012.
- Amaral, João Ferreira do. 2013. *Porque devemos sair do Euro. O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*. Alfragide: Lua de Papel.
- Balassa, Bela. 1972. *Teoria da Integração Económica*. Translated by TTVV. 2 ed. Lisboa: Clássica Editora. Original edition, 1961.
- Gil, José. 2005. *Portugal Hoje. O Medo de Existir*. 7ª Reimpressão ed. 1 vols. Lisboa: Relógio d'Água.
- Partido Socialista. 1973. *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*.
- Pimenta, Carlos. 2008. "Embuste do Desenvolvimento." *Africana Studia* no. 10 (2007):89-154.
- Roosevelt, Franklin Delano. 1936. Discurso eleitoral. Madison Square Garden, 1936, October, 31.